

Apresentação

As duas tarefas que permanecem

DOI: 10.5965/1984723822492021005
<http://dx.doi.org/10.5965/1984723822492021005>

Olinda Evangelista
Priscila Monteiro Chaves
Organizadoras do dossiê

Me tiraram tudo:
a porta da casa, as flores da varanda,
mas não me tiraram
o coração,
e a consciência,
e a voz.
(ZAYYAD, 1981)

O presente dossiê vem à luz em um dos períodos mais embrutecedores da história brasileira. Difícil distinguir qual das atitudes do governo federal é a mais nefasta, a mais deletéria, a mais danosa, a mais lesiva, a mais maléfica, a mais perniciosa, a mais ofensiva, a mais doentia, a mais sinistra, a mais soturna, a mais tenebrosa, a mais funesta, a mais letal. Nem todos os números da tragédia podem descrever o significado doloroso da perda de mais de 470 mil vidas para a COVID-19¹, do desemprego galopante, do empobrecimento generalizado, da retirada de direitos sociais duramente conquistados, da destruição do meio ambiente, do saque ao erário público, das tresloucadas privatizações². Na vaga de maldades disparadas pela “oficina do diabo” não faltam golpes

¹ A OMS, em março de 2020, reconheceu a COVID-19 como pandemia, referindo-se à sua distribuição geográfica, com surtos em várias regiões do planeta (OPAS, s/d).

² Cf. Aranha (2021), Elias (2021) e Rosas (2021).

assestados contra a educação. Precisamente dos últimos – seja do ponto de vista de sua história pós-pandemia, seja da anterior – tratam-se neste volume.

Iasi (2020), citando Lenin, lembrou que não é suficiente que a teoria se aproxime da prática. Em algum momento, se faz também necessário que a prática esteja mais próxima da teoria. Estamos notadamente em um desses momentos, dada a rudimentariedade com que a política institucional vem sendo tratada, dada a violência que a burguesia lança mão para a garantia da reprodução ampliada do capital e a solução para seu momento de crise estrutural.

Ainda assim, permanece custoso organizar nossa vontade coletiva, haja vista a eficácia da disseminação da cosmovisão e das práticas da classe dominante e o extremo estreitamento da possibilidade de nos juntarmos fisicamente – que paulatinamente vem sendo vencido. As relações entre os pesquisadores, os professores e o mundo da produção, neste momento, dependem ainda mais da mediação das tecnologias digitais, tão criticada por nós por ocasião da disseminação do “ensino remoto”. Afora isso, precisamos nos defrontar com os intelectuais do capitalismo monopolista que, considerando a maior inserção da ciência e da tecnologia na produção da existência humana, têm se aprimorado na tarefa de redefinir o conteúdo e a forma de suas práticas conectivas e organizacionais (MARTINS; NEVES, 2012), o que torna a conjuntura ainda mais desesperadora.

Reunimos um grupo de pesquisadores que têm em comum produzir conhecimento científico em estreita relação com a necessária compreensão do real. Seus textos se encaixam às demandas da luta em defesa da escola pública em todos os seus níveis e com a tarefa de construir análises que permitam uma visão crítica da importância da educação no projeto histórico burguês. A tentativa de subordiná-la ao desiderato da formação de sujeitos para o trabalho simples é aqui muitas vezes denunciada com vasto lastro empírico.

Abrindo a seção, o texto de Macário elucida precisamente a relação entre o atual padrão de acumulação de capital, e sua crise, e a transformação do Ensino Superior em rentável mercado. A contraposição a esse movimento, o professor encontra no projeto

de universidade do Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) que, é evidente, nega não apenas a mercantilização em curso, como a própria degradação das instituições públicas de Educação Superior (IPES). Essa contraposição resta fundamental dado que a ação sindical pode liderar lutas conjuntas com as forças do trabalho para além da universidade, vislumbrando-se aí transformações estruturais na sociedade brasileira.

Para que seja possível um novo horizonte no Ensino Superior, e na educação pública, é necessária uma crítica certa aos modos pelos quais as IPES, ou setores delas, aderem às políticas estatais e as implementam. Referimo-nos ao “ensino remoto” que tomou de assalto as escolas públicas no Brasil. O caso examinado por Guimarães, Matos e Cabral, sobre o *campus* do Marajó-Breves, da Universidade Federal do Pará, é exemplar. A adoção do “ensino remoto”, sob os argumentos aparentemente irrefutáveis dos cuidados com a pandemia de Covid-19 e de assegurar o “direito de aprendizagem”, revela, nesse *campus*, sua face tirânica: os interesses hegemônicos do capital, interno ou externo, locupletaram-se com os astronômicos ganhos que tiveram. É possível generalizar para outras IPES a situação do Marajó-Breves: sem garantia para todos os estudantes – e mesmo professores – de qualquer condição para tal adesão, sem equipamentos, sem internet, predominantemente com celular e conexão de dados móveis, a maior parte dos alunos viu sua formação precarizada, quando não excluída da Universidade, encaminhados pela política federal a se tornarem massa de manobra para os interesses do capital (SOUZA, 2021).

Como afirmamos, os golpes dirigidos à população brasileira se traduzem em formas as mais macabras. Venco, no artigo e na entrevista concedida a Souza, levanta a problemática emergente do “desaparecimento do emprego público”, discutindo especificamente a situação dos trabalhadores da educação, hoje submetidos a uma lógica gerencialista que os afoga. A perseguição à racionalidade econômica e a submissão à política de resultados sobrevive, nos entes federados, à base da negação dos concursos públicos, do crescimento dos contratos temporários, da produção de precariedade nas relações de trabalho de docentes. Não podemos ignorar que em torno de 43% dos contratos são temporários; conquanto ainda haja uma maioria contratada por concurso,

essa forma continua em franco abandono. Mencionamos, ademais, que uma das frações que mais cresce entre os temporários é a de voluntários, a quem se sonega o dístico “professor” (GOZZI; EVANGELISTA; CHAVES, 2020).

Não escapa dessa lógica nenhuma área. Vaz trata de uma especificidade: a Educação Especial e o modo pelo qual se construiu o consenso sobre propostas educacionais durante a pandemia. A documentação que examinou, somada à análise da produção sobre Educação Especial e COVID-19, mostra que o projeto do capital para a educação pública se agudizou nesse período, encontrando convergência entre projeto governamental, grupos empresariais e grande parte dos pesquisadores. Não tendo diferenças entre as formas presencial e remota, o que se pede é o preparo dos professores para o domínio da tecnologia, associada à flexibilização curricular para os estudantes. O material por ela estudado mostra as absurdas racionalizações produzidas para sustentar tal mudança: um bom resultado da tragédia sanitária seria o envolvimento das famílias na escolarização dos filhos, elidindo-se o viscoso movimento de privatização da escola pública, patenteada na pandemia e igualmente para a Educação Especial na escola pública regular.

Um importante aspecto destacado por Vaz, o currículo, é retomado por Johann e Malanchen que se dedicam a verificar as relações entre interesses privados e públicos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada entre 2017 e 2018. A padronização do currículo no território nacional obedece às mesmas racionalizações referidas por outros autores, assim como às mesmas determinações que o capital impõe à escola pública. Ressaltamos como seu objetivo central a formação do trabalhador como mão de obra barata e adaptável ao trabalho simples; de outro lado, a escola deve cumprir a função de difusão do consenso burguês, da ideologia neoliberal, para que os interesses dominantes permaneçam assegurados. Essas duas funções – formação do trabalhador e produção de hegemonia – têm em vista o acúmulo de capital e o aumento das taxas de lucro das várias frações da burguesia.

Como ficou claro, produzir coesão, consenso, hegemonia, é tarefa visceral desempenhada por intelectuais orgânicos burgueses que colocam sobre a escola pública a tarefa abjeta de difundir-la e sobre seus professores a torpe responsabilidade de formar

trabalhadores sob suas divisas. Além das escolas, também dividem a tarefa Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), dentro ou fora do Aparelho de Estado. Viana estuda o Ensino Médio em Tempo Integral no Amapá e sua relação com tais aparelhos, particularmente, o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), entre 2016 e 2018. Dão sustentação à aliança entre Amapá e ICE, o ideário gerencialista pautado em metas, indicadores, produtividade, avaliação, mascarados sob o *slogan* da qualidade de ensino.

Os vários componentes do ‘capital educador’ encontrados nas políticas educativas brasileiras – e claramente percebidos nos textos deste dossiê – aparecem na Agenda Global da Educação, discutida por Maués no âmbito da pandemia. Além dos APHs que atuam diretamente na produção de políticas para a educação no Brasil, agências internacionais são admitidas nas negociatas e na articulação da referida Agenda. É o caso do Banco Mundial, da OCDE e da Unesco, elaboradores de diretrizes para essas “políticas viajantes”, segundo Maués, que igualmente se valem da construção de redes regionais e internacionais para atingirem seu intuito. Um ponto crucial dessa ação está na proposição de políticas, reformas e movimentos que supostamente valeriam para o planeta – daí derivando as ideias de “experiências exitosas”, “boas práticas”, “experiências inspiradoras” e até “práticas baseadas em evidências”. Aproveitando-se da pandemia da Covid-19, essas organizações publicaram recomendações, arvorando-se à coordenação de ações educacionais – da gestão à flexibilização do currículo, do uso de plataformas digitais à avaliação. Como nos outros artigos, a conclusão leva ao mesmo ponto: trata-se da investida do capital para não perder nem seu *locus* – a escola pública –, nem sua hegemonia na formação do capital humano necessário à manutenção das relações capitalistas de produção.

A proliferação de APHs liga-se à das redes, pois, em alguns casos, eles se configuram como tais. Na América Latina, por exemplo, recentemente foi criada a *Acción Colectiva por la Educación*. Fiera investigou-a e ficou claro que ela se compõe de APHs originários de vários países da região. A *Acción* nasceu no Chile como resultado de novas estratégias de organização burguesa para intervir no processo de proposição e execução de políticas educacionais. No caso chileno, organizações empresariais são as mais

envolvidas nesse movimento, cujo objetivo foi neste editorial reiteradamente citado: manter o controle sobre o preparo e o trabalho docente, sobre a escola pública, sobre a formação do trabalhador. As determinações do capital extrapolam fronteiras nacionais, pois se trata de manter seu domínio sobre todas as regiões do globo. A América Latina é considerada especial na vigilância planetária pelas economias centrais dadas as condições miseráveis em que se encontra sua população. Erupções sociais, como as recentes na Colômbia, Argentina, Uruguai e Brasil, estão em sua mira porque as forças contrárias ao capital permanecem se movimentando.

A abordagem de Bahniuk debate um desses movimentos, o da construção da Pedagogia Socialista frente à ofensiva do capital. A laboração de tal pedagogia, articulada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enfrenta as contradições da luta de classes no Brasil, em particular no contexto da pandemia. Fazem parte dessa proposta categorias extraídas da pedagogia socialista soviética – Trabalho, Atualidade e Auto-organização –, contudo, não se trata de propor mera transposição conceitual, mas de uma apropriação vivificada pela realidade do país. Nesse trabalho está implicada a compreensão da educação na estratégia socialista e sua realização na educação brasileira, mas os tempos andam bicudos, diz o dito popular.

A dureza de nosso tempo é tratada no livro organizado por Lamosa, sobre o qual Santos assinala configurar-se como resultado de ‘compromisso militante’. Palavras militantes que põem em discussão a ação de intelectuais orgânicos e seus APHs cujo objetivo último é assegurar a hegemonia burguesa. A reconfiguração do aparelho de Estado e a acumulação capitalista constituem o fulcro de seus interesses, razão pela qual sua escala de intervenção, no interior da sociedade civil, vem crescendo exponencialmente sob a forma de APHs. Portando concepções em tese divergentes – social-liberal ou liberal ultraconservadora –, suas ações são em tudo funcionais ao capital, à semelhança da destruição de direitos, entre eles, aqueles ligados à educação pública. Dois APHs são referidos e são de fato importantes em se tratando da intervenção burguesa sobre o campo educativo: Todos pela Educação (TPE) e Escola Sem Partido (ESP). Além desses dois, outros despontam na cena da luta pela hegemonia burguesa: Movimento Brasil Competitivo, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna,

Fundação Itaú Social, Fundação Bradesco, Fundação Lemann e Confederação Nacional da Indústria, entre outras organizações. Assessorando, orientando, recomendando, elaborando e difundindo seus interesses, essas organizações investem na contrarreforma do aparelho estatal e, aproveitando-se das fragilidades sociais postas pela pandemia, abrem novas formas de acumulação de capitais. Despontou, então, a defesa incontestada das Tecnologias de Informação e Comunicação ou a alfabetização digital ou o ensino remoto, acompanhadas do estrangulamento do financiamento à educação, de mudanças na Lei de Diretrizes e Base (LDB), da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Novo Ensino Médio e das habilidades e competências socioemocionais. Uma interposição dessa magnitude pretende arrastar a classe trabalhadora física e mentalmente para o capital! Mesmo sendo asfixiadas, como é próprio da negligência deste governo até mesmo com a nossa condição física e humana, as universidades públicas e os grupos de pesquisa não têm arredado da tarefa de mostrar a atuação da classe dominante, do *novo ativismo burguês*, de tornar mais públicas e mais evidentes as razões e o *modus operandi* desse ativismo patife.

Dessa forma, socializar estudos sobre a atuação daqueles que têm em vista eliminar nossas lutas se inscreve no movimento maior delas mesmas. Eis a importância de alimentarmos o debate entre aquilo que sustenta o projeto de educação do capital, em muito operado pelas propostas do saudado Terceiro Setor, e a materialização dessas proposições contemporâneas que apregoam o nascimento de um novo e fetichizado mundo dentro e fora das instituições educacionais.

A materialidade histórica da vida dos subalternos não pode ser absolutamente obscurecida, por isso mesmo se disparam contra eles, diuturnamente, as piores ideias, edulcoradas de “combate à pobreza da aprendizagem”, “compromisso com os vulneráveis”, “empoderamento docente”, entre outras bobagens de igual idiotia cujo ápice foi precocemente conquistado na pandemia. Ficam destrinchadas nos artigos publicados duas principais problemáticas que apontam para duas permanentes tarefas. A primeira pode ser sintetizada na afirmação de que as frações burguesas precisam assegurar o novo padrão de acumulação, no qual a mudança do aparelho de Estado, as tecnologias digitais, a aliança público-privada, a destruição de direitos sociais, a

contrarreforma educacional, a reforma administrativa e a intensa atuação por meio de APHs têm funções específicas de garantir que a voracidade do capital siga alimentada. Cabe a nós compreender essas determinações. A segunda diz respeito à organização política e educacional das classes subalternas para a luta contra o capital, uma vez que a violência contra quem precisa vender sua força de trabalho para sobreviver se tornou inequívoca e então só nos resta agir.

Organizar a vontade coletiva, como dissemos nas palavras iniciais, supõe a socialização das determinações descobertas, das mudanças nos modos de gestão da sociabilidade burguesa e das condições que a materialidade objetiva da vida apresenta para uma possível mudança social (não é à toa que o medo das revoluções permanece vivo na burguesia).

É verdade que somente ler o real não é suficiente, entretanto, sem a compreensão mais lúcida possível do que nos encarcera, corremos presumíveis riscos de errar o caminho das estratégias. A difusão dessas sistematizações de diferentes pesquisadores faz sentido para nós se pudermos fazer delas base de estoque vital que ajudem a compor o movimento de confronto às ordens intelectual, moral, política e econômica. Nesse sentido, os textos trazem informações e análises que permitem divisarmos as ilusões do consenso a ser rompido. Não desertaremos da luta e estamos nos preparando para as batalhas que se anunciam neste momento grave da história humana.

Referências

ARANHA, Carla. Privatização dos Correios: estudos finais ficam prontos até setembro. **Exame**. 2021. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/privatizacao-dos-correios-estudos-finais- ficam-prontos-ate-setembro/>>. Acesso em: 6 jun. 2021.

ELIAS, Juliana. Como deve ser a privatização da Eletrobras segundo projeto que está no Congresso. **CNN Brasil**. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/05/26/como-deve-ser-a-privatizacao-da-eletobras-segundo-projeto-que-esta-no-congresso>>. Acesso em: 6 jun. 2021.

GOZZI, Elisandra; EVANGELISTA, Olinda; CHAVES, Priscila Monteiro. **O Assistente de Alfabetização como face exposta do trabalho docente precarizado**. UNOESC, Joaçaba, 2020 (Mimeo).

IASI, Mauro. A Morte da Estrela: O PT da Negação ao Consentimento. **Decifra-me Enquanto te Devoro**. YouTube. 1º de maio de 2020. 2:21:18. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8BmH4gYfGPU&t=622s>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. La nueva pedagogía de la hegemonía y la formación/actuación de sus intelectuales orgánicos. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.) **Una derecha para lo social y una izquierda para el capital: Intelectuales de la nueva pedagogía de la hegemonía en Brasil**. 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/direita_para_o_social.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2021.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Histórico da Pandemia de COVID-19**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

ROSAS, Rafael. BNDES: Eletrobras deve ir a mercado entre dezembro e fevereiro, diz Montezano. **Valor Investe**. 2021. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2021/06/04/bndes-eletobras-deve-ir-a-mercado-entre-dezembro-e-fevereiro-diz-montezano.ghtml>>. Acesso em: 6 jun. 2021.

SOUZA, Felipe. Ensino remoto na pandemia: os alunos ainda sem internet ou celular após um ano de aulas à distância. **BBC News**. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56909255>>. Acesso em: 6 jun. 2021.

ZAYYAD, Tawfiq. Mil sóis no meu sangue In: **Poesia palestina de combate**. Seleção de Abdellatif Laâbi, Editora Achiamé, Rio de Janeiro, 1981.